



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A PARTICIPAÇÃO DO FEMININO NA POLÍTICA PARAIBANA: MUDANÇAS CULTURAIS NO INTERIOR DO NORDESTE BRASILEIRO

Cosma Ribeiro de Almeida
Faculdades Integradas de Patos
cosma_almeida@yahoo.com.br

Introdução

Pensar as mudanças culturais, políticas e sociais ocorridas no cenário nacional nos últimos anos nos fazem refletir que, apesar de tais mudanças, o Brasil ainda conserva valores culturais de cunho conservador e patriarcal. Atitude conservadora e autoritária pode-se detectar, inclusive, no âmbito do poder político, podendo-se afirmar que estes fatores contribuem para a pequena presença das mulheres na política.

Sob esta ótica, o artigo problematiza sobre a lenta inserção da mulher na política paraibana¹, em especial no poder executivo municipal. Tendo em vista que mesmo lentamente esta presença cresceu nos últimos anos. Fato que nos leva a discutir tal participação num espaço caracterizado não só como reduto masculino, mas um espaço de lutas entre grupos políticos rivais, tradicionais em sua construção de capital político.

Nossa pretensão, portanto, não se limita a evidenciar o número de mulheres que participam da política paraibana, mas ratificar tal presença a partir do campo dos valores culturais, que por sua vez foram designados como fortes fatores que impediram sua participação nos âmbitos de poder.

Ao analisar tal quantificação percebe-se que a representação feminina ainda é bastante desigual quando comparado ao número de homens. Mas, é questionável este crescimento entre as eleições municipais ocorridas entre 2000 e 2008, tendo em vista que a prática política na região paraibana acontece de forma acentuada entre dois grupos políticos rivais, cuja tradição na disputa de poder ultrapassa as duas últimas décadas.

¹ O estado da Paraíba tem atualmente 3.753.633 habitantes, num total de 223 cidades, e está situado ao leste da região Nordeste cujos limites são: o Rio Grande do Norte, ao norte; o Oceano Atlântico, a leste; Pernambuco ao sul e o Ceará a oeste. Ver: www.tre.gov.br, em 27/04/2011.



A abordagem sobre a participação das mulheres na política nos faz compreender a importância desta inserção quando percebemos que isto significa transformações sociais na estrutura da sociedade em relação ao campo dos valores e de papéis sociais. Mas, sobretudo, porque a relação de gênero é uma construção cultural.

A mulher na política: invisível participação

A história política no Brasil mostra que no palco da cena pública o grande número de figuras no poder é predominantemente masculino, em que o espaço político ainda é um “reduto” de pouca participação feminina. Porém, o que se constata na atualidade é um crescimento paulatino da participação das mulheres na política.

Muitos pesquisadores² sublinham que as transformações sociais, culturais e políticas, ocorridas no Brasil e em várias partes do mundo enfatizam a participação das mulheres neste âmbito de poder. Dentre elas, os estudiosos destacam as mudanças em relação às novas estruturas familiares, a ruptura de um padrão patriarcal, o mundo do trabalho e as conquistas femininas. Como afirma Lúcia Avelar (2001, p.11):

Destacam-se entre essas mudanças o surgimento de novos tipos de famílias, a ruptura dos padrões familiares patriarcais, as novas formas de produção no mundo do trabalho com impacto sobre as relações sociais, as conquistas das mulheres ao longo do século XX e o amadurecimento de uma consciência feminina, mudanças estas que acabaram por solapar estruturas seculares sobre as quais se assentava a dominação masculina em todas as esferas da vida pública e privada.

No país existem vários tipos de estrutura familiar de acordo com a cultura de cada região e segmento de classe (AVELAR, 2001). Mas, o valor tradicional da família ainda é fortemente conservador quanto às diferenças de gênero, e este é um dos principais fatores que impediram uma maior presença, ao longo dos anos, da mulher na política brasileira. Além disso, também foram impedidas pela marginal situação econômica e cultural.

² Pesquisadores como Lúcia Avelar (2001) e June E. Hahner (2003) sublinham que no Brasil o processo de desenvolvimento capitalista foi um dos fatores que contribuiu para a efetiva participação da mulher na sociedade, no mercado de trabalho e na política.



Apesar desta cultura que a mulher foi destinada, os vários movimentos feministas não só no Brasil, mas em vários outros países, revelam que muitas não cruzaram os braços diante da situação de estar alheia dos direitos sociais. A luta do feminino na política é antiga, e esta inserção não se deu por acaso. O marco inicial desta participação, no país, foi em 1932, ainda no governo de Getúlio Vargas³, momento em que as mulheres conquistaram o direito de votar. De fato, a luta pelo sufrágio foi uma vitória e um marco para a sua entrada nas instâncias do poder político, embora o direito ao voto só tenha ocorrido realmente anos depois, em 1946, pois a conquista tinha sido reprimida pelo governo da época.

O direito de votar foi uma conquista gradual. Com a ascensão do capitalismo comercial e industrial, difundiu-se a noção de que outros indivíduos e grupos, interessados nos negócios públicos, contribuam para a manutenção dos Estados e, por isso, tinham discernimento e independência para serem incluídos entre os eleitores. Debates intensos se seguiram ao longo do século XIX sobre quem deveria ser eleitor. (AVELAR, 2001, p. 15)

Ainda segundo a autora, os movimentos feministas dos anos de 1920 que estavam ocorrendo em várias partes do mundo influenciaram a mentalidade das mulheres no Brasil. E mesmo a luta sendo contínua não foi suficiente para o processo de total inclusão das mulheres na sociedade.

É neste sentido, que alguns estudos⁴ realizados no Brasil verificaram o porquê da presença da mulher na política ser caracterizada pelo discurso do “ser mulher”. Para tanto, existe uma forte tendência, no campo da política, por parte das mulheres de afirmarem sua identidade enquanto gênero. O discurso existente nas candidaturas, durante as campanhas eleitorais priorizam a discussão de gênero, a conquista de liberdade e identidade (BARREIRA, 2008). Para isso, as mulheres na política constroem suas imagens e legitimam uma especificidade buscando diferenciar-se dos homens por meio da singularidade de gênero.

Para se sobressaírem as mulheres discursam com a linguagem da solidariedade, da emoção, do afeto, como uma estratégia discursiva. Os discursos, geralmente, fazem

³ “O direito de voto viria por decreto do presidente Getúlio Vargas a 24 de fevereiro de 1932”. (AVELAR, 2001, p. 20)

⁴ Ver Irllys Barreira (2008).



alusões a um “ser mulher”, como uma característica que diferencia na qualidade de sexo oposto, como mostra Irllys Barreira (2008, p. 46): “A construção potencial de um coletivo, explicitada pelo enunciado, ‘nós mulheres’, revela um modo específico de fazer política, que utiliza como referência espaços de identificação baseados em uma condição de gênero”.

A presença do feminino na política é visto como sinônimo de polarização entre homens e mulheres, mas com “forças” e “poderes” diferentes. Neste caso, o discurso feminino se caracteriza por uma especificidade que se volta para o “ser mulher”, ao pioneirismo de “ser mulher candidata”, enquanto o discurso masculino volta-se para o discurso conservador da força, da capacidade, da vitória. A mulher se preocupa em desconstruir valores negativamente estereotipados durante a história, valores enraizados na cultura como “mulher fraca” para a prática política, mulher unicamente dona-de-casa e portadora tão somente de perfil doméstico, incapaz de assumir cargos políticos.

Sobre os valores instituídos na sociedade Lúcia Avelar (1989, p. 43) ressalta que:

Na aprendizagem dos papéis, há valores gerais, organizados em torno de idéias, como justiça, igualdade, liberdade, conservação, mudança, dominação, autoridade, coletividade, que podem levar a disposições gerais e que, nos indivíduos ou grupos sociais, se traduziriam em atitudes e comportamentos sociais e políticos.

Acrescenta a autora:

Ao lado destes valores gerais há outros específicos, conforme padrões de socialização por sexo. Para os homens, são transmitidos em maior medida valores como independência, auto-realização e importância e desempenho; as mulheres recebem como de maior relevância valores que enfatizam a obediência, a dependência e a importância de comportamento maternal. Assim, a participação política seria mais condizente com valores inerentes aos papéis sociais masculinos, cujo conteúdo é voltado para atividades de realização e desempenho. (1989, p. 43)

Róger-Gerard Swartzenberg (1978, p. 94-95) enfatiza que os personagens da política assumem vários papéis dependendo do contexto cultural o qual se encontra. Tanto homem como mulher se reveste de um perfil e o assume para atrair o público-eleitor. Sendo assim, para entrarem no campo da política as mulheres assumem certos



papéis em suas figuras públicas para se fazerem apresentar: um papel masculino, “fazendo-se passar por mulher dominadora, mulher forte, mulher de ferro, sucedâneas do homem de pulso”; e o outro, mulher maternal, a protetora, “é a imagem de Maria, a ‘Boa-Mãe’, ‘Mãe misericordiosa’”.

Dependendo, pois, do contexto o qual a campanha eleitoral se realiza, os candidatos podem assumir determinados papéis que condizem com a realidade ou a necessidade dos eleitores. Os discursos, geralmente, utilizados pelas mulheres em campanhas eleitorais voltam-se para a construção do ser mulher, ser dona-de-casa, ser mãe, servindo de aspecto positivo para desconstruir a imagem negativa que lhe foi atribuída culturalmente. Uma vez não sendo consideradas como parte da política, as mulheres utilizam estes artefatos para se caracterizarem como imunes às injustiças do poder e “puras” para assumir cargos políticos, ou seja, estariam imunes à corrupção.

Nesta disparidade entre homens e mulheres, existe um crescimento da participação da mulher neste campo, evidenciando um novo panorama nas disputas de poder político. O cenário que durante muito tempo era dominado pela imagem masculina, pelos personagens políticos “donos do poder”, agora apresenta uma nova realidade.

Pois a história social sobre o feminino revela que a mulher foi educada sobremaneira para as atividades domésticas, mas que hoje o mercado de trabalho é um grande avanço que elas conquistaram, principalmente porque é uma atividade fora de casa. A mulher que antes era alfabetizada apenas para ler receitas e aprender a coser, hoje está em outro patamar; a mulher que antes era voltada apenas para os filhos e o marido, hoje se vê na condição de alcançar seus direitos através da livre escolha (HAHNER, 2001). Os novos caminhos que as mulheres começaram a escolher vêm desde a metade do século XIX, quando as cidades brasileiras começaram a prosperar social e economicamente, ganhando estrutura de urbanidade.

A mulher na política paraibana: os enigmas da representação política



No Brasil o número de candidatas⁵ ao cargo de prefeitas vem aumentando desde os anos 70. Porém, como já mencionado, desde 1920 as mulheres no Brasil lutam pelo acesso ao poder político, e em consequência destas lutas tem-se que a primeira prefeita do Brasil que foi Alzira Soriano, em 1928, na cidade Lages, no Estado do Rio Grande do Norte. Na Paraíba a primeira mulher a conquistar o cargo de prefeita foi Dulce Barbosa⁶, na década de 60, no município de Queimadas⁷. Mas, antes disso, Dulce Barbosa já havia conquistado vários cargos no âmbito político.

No estado da Paraíba, a presença das mulheres nas disputas eleitorais chama atenção porque a cultura do “sexo frágil” ainda é muito forte. E o interessante é que mesmo a região Nordeste do país apresenta tal cultura conservadora, é a região que mais elege prefeitas no Brasil.

As campanhas eleitorais no Estado paraibano desde os anos 2000 começaram a sinalizar mudanças em seu formato de produção com o objetivo de atrair o público eleitor. Seja através da campanha midiática, com novas técnicas no uso de uma linguagem mais dinâmica e das imagens mais atrativas, seja na campanha corpo-a-corpo nas ruas da cidade, ambos de forma mais espetacularizada⁸.

Mas, nos últimos anos o sinônimo das eleições no Estado é a disputa entre os dois grupos políticos rivais de tradição política, cujo conjunto de símbolos explorado durante as campanhas eleitorais é extremamente revestido de valores morais e culturais locais, como por exemplo, a exploração da imagem do homem trabalhador, daquele que prospera, que é líder, que é vencedor.

⁵ Ver Lúcia Avelar (2001).

⁶ Maria Dulce Barbosa foi eleita para a 1ª Legislatura da Câmara Municipal de Campina Grande-PB (1947 a 1951); reeleita para as legislaturas de 1951 a 1955 e de 1955 a 1959. Em 1962, foi eleita a primeira prefeita do município de Queimadas - PB e a primeira prefeita no Estado da Paraíba. Participou dos movimentos políticos nos anos de 1930 e 1940, principalmente o movimento das mulheres na Paraíba.

⁷ Cidade do interior localizada no agreste paraibano há 133 Km de distância da capital do Estado. E, segundo dados do IBGE 2010, a cidade possui cerca de 41.054 habitantes.

⁸ Para um maior aprofundamento do espetáculo na política consultar: SCHWARTZENBERG (1978) e DEBORD (1997).



Vale destacar que nos últimos anos, a cada eleição, o artifício da teatralização de imagens eivado de tais signos, nos faz refletir que isto também favorece a difícil participação da mulher nas astúcias de poder político. Pois, uma vez utilizada a imagem pública do homem trabalhador e líder na sociedade, é afirmado o poder do masculino no campo da política.

Somado a isto, o nepotismo político continua sendo prática comum na região paraibana, e a sucessão de poder repassada através dos parentes políticos é tida como uma prática “natural”. Deste modo, os momentos de conflito, os jogos de interesses e as alianças que existem nos pleitos eleitorais, são elementos que pertencem à expressão de crenças e princípios que consistem na representação, isto é, tais crenças alimentam a representação política. (BARREIRA, 1998) É o que Irllys Barreira (1998) define como ritual político, que neste contexto é um domínio de expressão e reprodução de valores da vida social, em que os momentos das campanhas evocam novos e antigos padrões de comportamento e regras de conduta que se reproduzem a partir dos símbolos trabalhados nas campanhas eleitorais.

Diante do ritual político as mulheres têm lutado pelo espaço dominado pelo homem, e aos poucos o número de candidatas para vários cargos políticos foram aumentando no Estado. O que revela que existem mais mulheres se candidatando não só para o cargo de prefeitas, mas de vereadoras e deputadas nas últimas eleições.

Um destacado exemplo do crescimento da participação do feminino na política, particularmente no Brasil, foram as eleições do ano de 2002 quando 42 deputadas foram eleitas num universo de 515 deputados que compunham a Câmara Federal. Comparado ao pleito anterior, em 1998, foram eleitas 29 deputadas que representavam 5,6% do total de representantes na Câmara Federal. Em 1994 este número era de 26 deputadas eleitas, o índice permanecia no patamar de 5%. (AVELAR, 2001)

Porém, o domínio maior nos partidos e das condições favoráveis de competição, seja econômico, político, ainda permanece sob a tutela masculina. E a diferença neste acesso de poder adicionado aos outros fatores de desigualdade inclui as mulheres em uma competição diferenciada. Enquanto os fortes grupos políticos têm o apoio dos



maiores partidos e as melhores condições econômicas para a construção do capital político, grande parte das mulheres fica alheia a tal possibilidade.

Na Paraíba, geralmente, as disputas eleitorais municipais giram em torno de duas figuras públicas apoiadas cada qual pelos principais grupos políticos rivais⁹, àquelas que recentemente “comandaram” a história política do Estado: o grupo “Cunha Lima” e o grupo “Maranhão”.

Torna-se importante sublinhar que diante do já construído culturalmente na sociedade, as disputas através de palavras, gestos, imagens e situações peculiares que constituem o chamado clima de campanha fazem alusões emotivas a um passado de trajetória política e à biografia dos candidatos, como elementos marcantes na expressão dos sentimentos já concretizados. E isto, de fato, fora muito difícil para as mulheres, que se tornam “vulneráveis” ao tentar impor uma idéia que não àquela a qual a população fora acostumada. Desta forma, o momento eleitoral redefine espaços, convocando personagens e instituindo enredos, construindo o que Balandier (1980) nomeou de cenário do poder.

A disputa eleitoral em 2000 na Paraíba nos mostra que de um total de 505 candidatos na disputa para o cargo de prefeito, 454 eram homens com 206 eleitos, e 51 eram mulheres com 17 eleitas. No Brasil, neste mesmo ano, foram eleitas 317 prefeitas¹⁰. Além disso, percebe-se que o maior número de mulheres eleitas estavam no partido do PMDB, cuja posição política formara uma das maiores Coligações Partidárias no Estado. Como podemos verificar:

Tabela 01: Presença das mulheres por partido, conforme tendência político-ideológica, Brasil, 2000.

Partido

Prefeitas

⁹ Desde 1998 quando o ex-senador e ex-governador da Paraíba, José Maranhão, e o “grupo Cunha Lima”, que tem como chefe político, hoje, o ex-governador, também da Paraíba, Cássio Rodrigues da Cunha Lima, romperam a aliança partidária dos quais faziam parte, criou-se no estado paraibano uma travada luta, se aliando cada qual em um partido político. O “grupo Cunha Lima” com o PSDB e o “grupo Maranhista” com o PMDB.

¹⁰ Para informações sobre a mulher na política local ver Lúcia Avelar (2001, p. 67).



PFL	2
PL	1
PMDB	7
PP	1
PPS	1
PSDB	1
PTB	2
PDT	2

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral, junho, 2010

As estatísticas mostram que de um total de 223 prefeitos, os homens representaram 92,3%, enquanto que 7,6% eram mulheres. E num total de prefeitas eleitas no Brasil, na época, a Paraíba representava 0,5% delas.

Já em 2004, as eleições foram marcadas pela emoção exacerbada na política, pelo *sentimento na política* (BARREIRA, 1998). Ferramenta importante nas estratégias de campanha eleitoral, em que a figura política faz uso das emoções como alegria, tristeza, decepção, para atrair o público-eleitor.

As campanhas eleitorais foram caracterizadas como “guerra política”, acirradas pelos dois grandes grupos políticos. A trajetória e permanência do “grupo Cunha Lima” que perdurou por mais de vinte anos no Estado, sentiu-se ameaçada quando viu que a maior parte dos candidatos que apoiou saíram das eleições derrotado, em face da vitória dos candidatos da oposição que venceram em muitas cidades.

Neste caso, as disputas se apresentavam com duas imagens de candidatos, tidos como padrão em todo o Estado: um modelo tradicional, que tinha sempre o mesmo discurso, mas, sobretudo emblemático; e, por outro lado, um candidato que representava a surpresa, o novo, aquele que surgiu com o discurso da inovação da administração política, àquele que viria para mudar a situação político-econômica, social e cultural da Paraíba. E as mulheres neste processo apareceram com um número considerável, comparado às eleições anteriores: de um total de 72 candidatas, 27 assumiram a vaga no

executivo local; enquanto o número de homens eleitos foi de 196, no universo de 472 candidatos masculinos.

Sendo assim, de um total de 223 prefeitos, as mulheres somaram 12%, enquanto que os homens representaram 88%. Houve um crescimento de 58% da participação das mulheres na política entre as eleições 2000 e 2004, sendo que os homens, mesmo sendo a maioria, tiveram um percentual decrescente.

Nesta eleição os partidos políticos que mais elegeram as mulheres foram o PMDB e o PFL. Como pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 02: Presença das mulheres por partido, conforme tendência político-ideológica, Brasil, 2004.

Partido	Prefeitas
PFL	7
PL	1
PMDB	6
PP	2
PPS	1
PSDB	1
PSL	1
PT	1
PTB	4
PTN	1

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral, junho, 2010

Quatro anos depois, em 2008, o contexto das disputas eleitorais foi semelhante às eleições de 2004. O discurso pela permanência da mudança era o lema da maior parte das campanhas eleitorais, cujos candidatos que haviam vencido em 2004 também almejavam permanecer no poder.

De um total de 560 candidatos 466 eram homens com 189 eleitos, e 94 eram mulheres com 34 eleitas, sendo 11 reeleitas. Ou seja, as mulheres ocupavam um percentual de 15%, e os homens 85% do número de prefeitos.

Um fato que chama atenção é que muitos candidatos eleitos, na época, eram do partido dito de esquerda, e inclusive muitas mulheres que estavam nesta linha político-ideológica foram eleitas com uma grande presença no partido, o PT. Vejamos na tabela abaixo:

Tabela 03: Presença das mulheres por partido, conforme tendência político-ideológica, Brasil, 2008.

Partido	Prefeitas
PC do B	2
PL	2
PMDB	2
PMN	3
PP	2
PPS	1
PSB	3
PSDB	1
PT	8
PDT	1

Fonte: Supremo Tribunal Eleitoral, junho, 2010

Os dados da tabela mostram que a presença da mulher na política local no estado paraibano vem crescendo lentamente desde o ano 2000. Considera-se, evidentemente, que é diversa a estrutura da atuação da mulher na política no Estado Brasileiro, pois, “as relações de natureza clientelística, a estrutura oligárquica da política partidária, com famílias dominando os vários cargos públicos, são eficazes na perpetuação da política tradicional no Brasil” (HAGO apud AVELAR, 2001, p. 65).

Segundo Avelar (2001, p. 67) a participação das mulheres acontece onde está sua família; pois, na tentativa de conciliar vida profissional, familiar e política, as mulheres se sentem obrigadas a permanecerem em suas cidades. E a maior participação do feminino em cidades do interior se explica pelas relações de poder controladas pelas oligarquias, onde os maiores partidos e os mais conservadores que elegem as mulheres “fazem perpetuar os compromissos familiares, os acordos domésticos”.

Embora, esta participação do feminino na política seja considerada “invisível”, é possível afirmar que houve mudanças culturais na relação de gênero nos últimos anos. Pois, se estas mulheres na região nordeste, e em especial no Estado da Paraíba, chegaram ao cargo de prefeita, é porque esta nova realidade cogita novas forças políticas, que talvez estas mulheres representem.

Enquanto o número desta participação feminina cresceu nos cargos municipais, nas três últimas eleições, a quantidade de homens eleitos para o mesmo cargo diminuiu se comparado a tal crescimento. Vejamos:

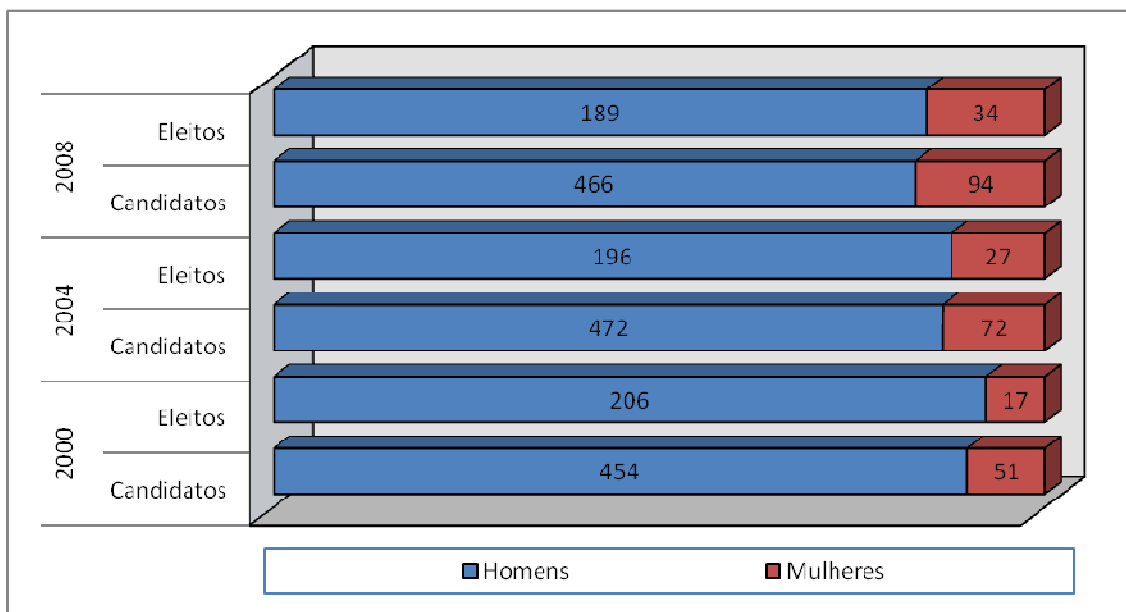


Figura 1 – Relação entre candidatos homens e mulheres nas Eleições Municipais no estado da Paraíba nos anos de 2000, 2004 e 2008.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, junho, 2010.



A figura nos revela que nas eleições no ano de 2000 as mulheres eleitas foram 7,6% do total de prefeitos, enquanto nas eleições 2004 esta representação esteve em 12%. Já em 2008, o percentual de prefeitas no Estado da Paraíba era de 15%. O número crescente da participação do feminino não se dá apenas em âmbito do executivo local, em outras instâncias tal como o cargo de vereadora e deputada houve um aumento considerável de candidaturas, mesmo que o número de eleitas tenham sido pequeno.

Diante do exposto não é nosso intuito criticar se há ou não democracia no estado da Paraíba, principalmente quando os números mostram que antes destes dados, há vinte anos atrás, era praticamente inexistente a presença das mulheres na política na região. Mas, de fato, é questionável entender como as mulheres, que durante muito tempo ficaram sem o acesso às instâncias de poder, aparecem em número crescente.

É possível afirmar, de acordo com Lúcia Avelar (2001), que as mulheres constituíram uma nova identidade, nos últimos anos, tanto pessoal como social, para alcançar esta participação. Sendo representantes de compromissos familiares ou não, tais mudanças provocaram transformações no campo dos valores.

Pois, o poder político não se restringe apenas à participação nos processos eleitorais, mas a outras instâncias de decisões na sociedade, como o trabalho fora do lar, independência econômica, avanços culturais e educacionais, capacidade de articular novas relações sociais, o que contribui para que qualquer indivíduo tenha possibilidades de alcançar âmbitos de poder na coletividade.

Considerações finais

Na atualidade, são vários os discursos sobre a presença da mulher na política, mas que deve ser analisado de forma cautelosa, porque é interessante perceber as características regionais e demográficas de cada localidade, bem como seus valores culturais. Uma vez que o estudo sobre a participação da mulher na política deve estar relacionado a vários fatores, tais como: a análise da relação das mulheres com os partidos; percepção dos eleitores sobre a inserção da mulher na política; a construção de



imagens públicas; a relação com os líderes políticos, tal como figuras que tentam perpetuar o poder político, entre outros.

Nosso intuito neste artigo não foi analisar qualquer destes itens acima mencionados. O nosso objetivo esteve relacionado a revelar e refletir, com base no papel social da mulher na sociedade brasileira, o número de prefeitas eleitas na Paraíba no início dos anos 2000 até a atualidade, o que corresponde às eleições dos anos de 2000, 2004 e 2008. Período este que corresponde a um tempo de maior inserção da mulher na política em âmbito não só local, mas regional e nacional.

O maior número de eleitas ao cargo de prefeitas na Paraíba se deu em cidades do interior. Com exceção da cidade de Campina Grande, a segunda maior cidade da Paraíba, com mais de 300 mil habitantes: em 2002 a vice-prefeita Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros assumiu a prefeitura em substituição ao prefeito da época, Cássio Cunha Lima, que saiu do executivo local para concorrer ao governo do Estado no mesmo ano. Dois anos depois, Cozete Barbosa se candidatou no mesmo município, pelo Partido dos Trabalhadores, à prefeita da cidade fazendo oposição ao grupo Cunha Lima, mas não teve êxito nas urnas.

A presença da mulher na história política revela que é difícil buscar conceitos e métodos para explicar sobre este avanço ou pequena presença no poder. Mesmo porque a participação não deve ser vista sumariamente pela categoria sexo, mas pela realidade sócio-econômica e cultural das mulheres, enquanto relação cultural de gênero.

Apesar da facilidade que se tem na atualidade de chegar à arena dos poderes políticos mesmo sem se eleger, comparado há tempos anteriores, tais como a lei de cotas para as mulheres na política e o direito de cidadania, o fato que chama atenção é o ineditismo da presença feminina em espaços antes considerados inacessíveis. Diante das forças políticas locais, das lutas pela perpetuação de poder, da tradição política imposta, as mulheres alcançaram o cargo de prefeita e parte delas também conseguiram a reeleição.

Referências



AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1989.

_____. **As mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: UNESP, 2001.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro. Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 1998.

_____. **Imagens Ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais**. Campinas-SP, Pontes Editores, 2008.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GOMES, Wilson da Silva. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

HAHNER, June E. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850 – 1940**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

JUCOVSKY, Vera Lúcia R. S. **Representação política da mulher**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2000.

LIMA, Elisabeth Cristina de Andrade. A emergência do feminino na política local: o caso das eleições municipais de 2004, em Campina Grande. IN: **Revista de Ciências Sociais: Campanhas políticas e processos eleitorais**. v. 39 n. 2, 2008.

MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. **O povo sabe votar: uma visão antropológica do voto**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Maria Aracy G. Franco; OLIVEIRA, Dagoberto Sérvulo. (Orgs.) **Mulher: política e poder no mundo contemporâneo**. Brasília: Fundação Tancredo Neves, 1989.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo**. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930 – 1945)**. São Paulo, Unesp, 2008.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

VIEGAS, Manuel Leite Viegas; FARIAS, Sérgio. **As mulheres na política**. Brasília, 1999.

SITES CONSULTADOS

http://www.tre-pb.gov.br/resultados_eleicoes/online.htm

<http://www.famup.com.br/>

http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes_2000.htm